



**MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO
SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL
FUNDAÇÃO PARQUE TECNOLÓGICO DA PARAÍBA
UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE**

C E D R U S

**CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO *LATO SENSU*
ESPECIALIZAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL**

**Campina Grande – PB
Julho de 2005**



Campina Grande, 02 de agosto de 2005.

Ilmo. Senhor.
Dr. José Humberto de Oliveira
Secretário de Desenvolvimento Territorial
Ministério do Desenvolvimento Agrário

Prezado Senhor,

A realização do *Curso de Especialização em Desenvolvimento Rural Sustentável* estruturada a partir de demanda da Secretaria de Desenvolvimento Territorial do Ministério do Desenvolvimento Agrário, fortalecerá e fomentará, sobretudo, a integração da Universidade Federal de Campina Grande e da Fundação Parque Tecnológico da Paraíba com a sociedade através de uma articulação entre entidades governamentais e não-governamentais, demonstrando a capacidade das instituições em gerar conhecimentos e formar profissionais com sensibilidade e competências para enfrentar os desafios do desenvolvimento rural, área estratégica para a superação da pobreza e da exclusão social no país.

Dado o cumprimento de todos os trâmites legais necessários a formalização do convênio e a consolidação destas parcerias que ora se estabelecem entre Universidade Federal de Campina Grande/UFCG, Fundação Parque Tecnológico da Paraíba - Fundação PaqTcPB e Secretaria do Desenvolvimento Territorial/SDT, solicitamos de V. Senhoria, providências no sentido de liberar os recursos previstos para a execução do referido curso.

Atenciosamente,



Prof. Dr. Carlos Minor Tomiyoshi
Diretor Geral - Fundação PaqTcPB



Prof. Dr. Márcio de Matos Caniello
Coordenador do Curso / UFCG



**MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO
SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL
FUNDAÇÃO PARQUE TECNOLÓGICO DA PARAÍBA
UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE**

**CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO *LATO SENSU*
ESPECIALIZAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL**

**Projeto de Implantação
(Proposta Técnica)**

**Campina Grande – PB
Julho de 2005**



1. IDENTIFICAÇÃO

DO CURSO

NOME COMPLETO: ESPECIALIZAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL

ÁREA DE CONCENTRAÇÃO: Desenvolvimento Rural

INÍCIO: Agosto de 2005

DAS INSTITUIÇÕES

Nome completo e sigla: Fundação Parque Tecnológico da Paraíba – PAQTc-PB

Diretor Geral: Carlos Minor Tomiyoshi

Nome completo e sigla: Universidade Federal de Campina Grande

Reitor: Thompson Fernandes Mariz

Pró-Reitor de Pós-Graduação e Pesquisa: José Edílson Amorim

Centro a qual se vincula o curso: Centro de Humanidades – CH

ENDEREÇO PARA CORRESPONDÊNCIA

CEDRUS – Curso de Especialização em Desenvolvimento Rural Sustentável
R. Aprígio Veloso, 882 – Bodocongó.
58.109-900 – Campina Grande – PB
Fone/Fax: 310-1545
E-mail: caniello@ch.ufcg.edu.br
Home page: www.ufcg.edu.br

COORDENAÇÃO DO CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO

A coordenação político-pedagógica do Curso será desenvolvida de forma colegiada pelas instituições conveniadas:

UFCG/PAQTc:

Márcio de Matos Caniello
Luis Henrique Hermínio Cunha

SDT:

Tânia Mello
Maria das Graças Almeida

2. JUSTIFICATIVA

A implementação do conceito de desenvolvimento territorial sustentável como elemento norteador de estratégias, políticas e ações governamentais e não-governamentais voltadas à melhoria da qualidade de vida e à redução das desigualdades sociais nas regiões brasileiras que apresentam os mais baixos índices de desenvolvimento humano, requer um esforço permanente e planejado de capacitação dos diversos atores sociais interessados em participar do processo de superação da pobreza e da exclusão social.

O desenvolvimento rural consiste num processo de mudanças que leva ao dinamismo econômico e à melhoria da qualidade de vida da população, potencializando as capacidades territoriais e incrementando as oportunidades sociais, a viabilidade e competitividade da economia e a conservação dos recursos naturais. Ele resulta, assim, da interação e sinergia entre a qualidade de vida da população local – redução da pobreza, geração de riqueza e distribuição dos ativos –, a eficiência econômica – com agregação de valor na cadeia produtiva – e a gestão pública eficiente, mediada pela boa governança, pela organização da sociedade e pela distribuição dos ativos sociais.

O desenvolvimento territorial é visto como um resultado de um complexo processo multidimensional e multi-setorial que combina roteiros técnicos, políticos e sociais, resultando na crescente inclusão dos atores nas ações que produzam maior autonomia do território sobre suas múltiplas dimensões, sendo eles considerados gestores e sujeitos do desenvolvimento. Esse conceito de desenvolvimento está baseado no paradigma da sustentabilidade, sendo, portanto, embasado na gestão social¹ como elemento central das transformações pretendidas. A idéia da

¹**Gestão social** é aqui entendida como um processo de gerir assuntos públicos, principalmente políticas de valor social para o desenvolvimento territorial. A gestão social cruza-se com os processos de descentralização política e administrativa, redefinindo formas de organização social e novas relações entre o político, o social e o econômico, com sustentabilidade, transparência e efetiva participação da sociedade. A gestão social conduz ao empoderamento da sociedade, com a formulação de compromissos entre o público, o privado e o terceiro setor, garantindo a participação social na gestão pública. A gestão social requer sistemas descentralizados, baseados em forte participação, maior densidade de informação, parcerias e articulações em rede. Em desenvolvimento territorial requer a construção de pactos de concertação social dentre os diversos atores sociais, públicos e privados, o detalhamento do pacto em um plano de desenvolvimento negociado, a construção de institucionalidades que representem espaços de compartilhamento do poder e da responsabilidade e entidades, com controle social, que executem a gestão do Plano Territorial de

sustentabilidade está diretamente relacionada à continuidade, à permanência da qualidade de vida e às oportunidades da sociedade ao longo do tempo, incorporando uma perspectiva de longo prazo. Parte de uma base ética que demanda uma solidariedade social.

O enfoque ou abordagem territorial é uma visão essencialmente integradora de espaços, atores sociais, agentes, mercados e políticas públicas de intervenção, e tem na equidade, no respeito à diversidade, na solidariedade, na justiça social, no sentimento de pertencimento cultural e na inclusão social metas fundamentais a serem atingidas.

Trata-se de uma proposta de implementação de uma ação coletiva para a construção de um modelo de desenvolvimento com foco no ser humano, o que torna a participação das pessoas fundamental. Nesse enfoque, o desenvolvimento pressupõe comunidades e grupos dinâmicos, com um agir protagonista e cidadão, com uma forte participação, maior densidade de informações, parcerias, articulações em rede e diálogo permanente entre as diferentes concepções de desenvolvimento.

O enfoque territorial estimula as parcerias entre órgãos de governo e entre estes e organizações da sociedade e do mercado. Mas não basta complementaridade e convergência. Trabalha-se para que todos os envolvidos tenham confiança mútua e estejam de fato engajados, pois o compartilhamento do poder e da responsabilidade entre Estado e Sociedade Civil possibilita a construção de uma nova institucionalidade.

Cabe assinalar que os territórios são heterogêneos e diferentes e não revelam uma identidade única. É preciso conhecer suas especificidades porque não se podem aplicar processos idênticos a todos; é preciso construir novas estratégias à medida que os trabalhos progridem.

O enfoque territorial busca resultados nas soluções que contemplem uma combinação das quatro dimensões do desenvolvimento sustentável:

Desenvolvimento Rural Sustentável. A Gestão social é vista como o mais efetivo referencial para conferir sustentabilidade ao desenvolvimento em territórios rurais.

- **Econômica:** inclui a dinâmica geral da economia, considerando, dentre outros aspectos, os resultados econômicos, com níveis de eficiência atingidos através da capacidade de usar e articular recursos locais para gerar oportunidades de trabalho e renda, fortalecendo as cadeias produtivas e integrando redes de pequenas empresas, aperfeiçoando as condições de oferta de infra-estrutura para o desenvolvimento da economia.
- **Sociocultural:** procura-se a promoção de mais equidade social, através da intensa participação dos cidadãos e cidadãs nas estruturas do poder, tendo como referência à história, os valores, a cultura do território e o respeito pela diversidade. Atua-se sobre a situação geral da educação e da formação de recursos humanos, focalizando-se as relações de trabalho e indicadores sociais. Incluindo uma análise antropológica dos grupos sociais dos territórios e suas diferentes manifestações histórico-culturais, artísticas e artesanais, busca-se entender a identidade cultural comum e a sua tradução nas diferentes formas de manifestação (culinária, forma de produzir e comercializar), os valores éticos e morais, as regras consuetudinárias, as diversas formas de relacionamento interno e externo ao território, as redes de solidariedade e cooperação existentes, dentre outros aspectos.
- **Político-institucional:** investe-se em novas institucionalidades que permitam a construção de políticas territoriais negociadas, ressaltando o conceito de governabilidade democrática e a promoção da conquista e do exercício da cidadania. É incluída a análise do sistema político e da estrutura de poder prevalente, dos atores sociais e seus interesses, da organização do estado e da sociedade, do nível de organização e participação da sociedade.
- **Ambiental:** compreende-se o meio ambiente como ativo do desenvolvimento, utilizando o princípio da sustentabilidade e enfatizando o conceito de gestão da base de recursos naturais, considerando os ecossistemas particulares; a disponibilidade dos recursos renováveis e não renováveis.

Nesta perspectiva, é necessário repensar as políticas públicas voltadas para o desenvolvimento rural, levando em consideração alguns pressupostos fundamentais:

- O desenvolvimento sustentável como referencial teórico para elaboração das políticas públicas;
- O enfoque territorial como estratégia de desenvolvimento com a integração das políticas públicas e sociais;
- O fortalecimento da governança territorial com o envolvimento dos diferentes atores sociais na definição das prioridades sociais, planejamento e gestão social das políticas do território no controle social dos gastos públicos;
- O uso de metodologias participativas e interativas na elaboração dos diagnósticos e planos territoriais de desenvolvimento sustentável;
- A revitalização e o fortalecimento da função social do Estado, a partir de sua maior capilaridade e da intensificação da participação da sociedade civil no acompanhamento, controle e avaliação dos resultados das políticas de desenvolvimento rural.
- O fortalecimento dos sistemas produtivos com geração de trabalho e renda, com um novo modelo tecnológico, com assessoria técnica e extensão rural.

Portanto, ao instituir um programa nacional de desenvolvimento sustentável dos territórios rurais, o governo federal reconhece a necessidade de transformar os atores sociais locais em protagonistas efetivos do planejamento e do gerenciamento do desenvolvimento em suas comunidades, assentamentos, municípios, microrregiões. Para que este reconhecimento possa se transformar em participação concreta e efetiva daqueles que vivenciam as dificuldades e vislumbram as oportunidades dos territórios rurais na condução da superação da pobreza e da desigualdade social, é necessário capacitar estes atores sociais de modo a que possam, na prática, serem agentes da gestão participativa.

Os desafios para a implementação de um processo de capacitação de atores sociais dos territórios rurais fundado nestes princípios não são poucos e envolvem

³ A Universidade Federal de Campina Grande (UFCG) foi criada a partir de desmembramento da Universidade Federal da Paraíba (UFPB) pela Lei nº 10.419, de 9 de abril de 2002, ficando composta pelos *campi* de Campina Grande, Patos, Sousa e Cajazeiras.

múltiplos conhecimentos e habilidades e a superação de práticas sociais e pedagógicas consolidadas ao longo de várias décadas. Neste sentido, é importante ressaltar que a noção de território, entendida como a expressão e projeção no espaço da identidade de uma população, envolve características sócio-culturais, ambientais, político-institucionais e econômicas que devem ser enfrentadas e integradas nas ações de desenvolvimento sustentável.

Por outro lado, a capacitação dos atores sociais, agentes privilegiados das estratégias e ações de desenvolvimento territorial sustentável das áreas rurais, além dos conhecimentos de cada área específica do conhecimento, deve aproveitar os saberes, as habilidades e a prática social dos participantes, aproveitando-se da riqueza pedagógica oferecida pelas trocas de experiência, pela vivência de situações reais e pela discussão em grupo. Assumimos o compromisso de reduzir o individualismo na aprendizagem e de enfatizar a construção coletiva do conhecimento, transformando o curso num momento privilegiado de reflexão e crítica sistemática sobre a realidade dos atores sociais e institucionais.

A realização de um curso de pós-graduação em desenvolvimento rural sustentável, em nível de especialização, como o aqui proposto, não pode dar conta de todas as necessidades de capacitação e de fortalecimento do capital humano e social requeridas pela implementação de uma estratégia de superação da pobreza e da desigualdade social nos territórios rurais brasileiros. Mas, acreditamos, é fundamental para contribuir com o processo permanente e continuado de desenvolvimento das habilidades requeridas dos atores sociais que desejem se integrar neste processo, sejam eles vindos dos movimentos sociais, das organizações da sociedade civil ou do poder público.

A formatação do curso de especialização em desenvolvimento rural sustentável que aqui está sendo proposto pelo Departamento de Sociologia e Antropologia (DSA) do Centro de Humanidades (CH) da Universidade Federal de Campina Grande³, busca incorporar estas reflexões.

Ora, a reflexão sobre o desenvolvimento rural em nível de pós-graduação tem uma longa história no âmbito do Centro de Humanidades, pois ali foram criados, em

1977, os Cursos de Mestrado em Sociologia e Economia Rural, os quais acumulam uma extensa produção científica no campo dos estudos rurais⁴.

Com um desempenho acadêmico memorável durante a primeira metade dos anos 80 (Cf. Caniello, 2003), esses cursos firmaram-se como referências nacionais no debate teórico e metodológico sobre a realidade rural brasileira e nordestina, tendência impulsionada pela publicação, a partir do segundo semestre de 1982, da **Revista Raízes**, periódico semestral ainda em circulação que tem como temáticas dominantes os estudos rurais e a abordagem do desenvolvimento em suas diversas dimensões⁵.

Um fator importante para a vitalidade dos cursos durante as décadas de 80 e 90 foi a perenidade de uma forte política de cooperação acadêmica iniciada já em 1979 com a assinatura de um convênio com a Universidade Paris X⁶ em torno do *Projeto Sócio-Economia do Mundo Rural*, o primeiro na área de Ciências Sociais, do Acordo CAPES/COFECUB, no âmbito do qual os cursos se mantiveram por mais de 20 anos.

Atualmente, o Programa de Pós-Graduação em Sociologia mantém convênios com o INRA, a Universidade de Tours e a Universidade Federal de Santa Catarina (Acordo CAPES/COFECUB)⁷, com a Universidade Estadual de Campinas e as Universidades Federais de Pernambuco e do Rio Grande do Norte (PROCAD/CAPES)⁸ e com o CIRAD⁹.

É de se ressaltar que os convênios em vigor nos anos 2000 têm produzido reflexões importantes para o debate sobre o desenvolvimento rural e o enfoque territorial,

⁴ Em relação ao Mestrado em Sociologia, por exemplo, das 144 dissertações defendidas até dezembro de 2002, 96 foram desenvolvidas na linha de pesquisa "Sociologia Rural", com as seguintes temáticas dominantes: "condição camponesa" (28%), "movimentos sociais e sindicalismo rural" (23%) e "questão agrária" (10%) (Cf. Caniello, 2003).

⁵ Atualmente a **Revista Raízes** está classificada como periódico de abrangência nacional pelo *Qualis* da CAPES.

⁶ Durante os anos 80 e 90, também foram firmados convênios com universidades da Alemanha, Inglaterra e Canadá.

⁷ Projeto **Desenvolvimento territorial sustentável: diagnóstico de potencialidades e obstáculos em zonas rurais dos estados da Paraíba e Santa Catarina**.

⁸ Projeto **Mundo rural e ciências sociais: produção de conhecimento e formação de pesquisadores**, sob a coordenação da profa. Maria de Nazareth Baudel Wanderley.

⁹ Projeto **Políticas públicas e instituições de apoio às agriculturas familiares**, amparado pela Agência Brasileira de Cooperação – ABC do Ministério das Relações Exteriores.

inclusive através da promoção de seminários nacionais e internacionais¹⁰ e da publicação de livros sobre estas temáticas (Cf. Sabourin & Teixeira, 2002 e Wanderley, 2004).

Além dessa trajetória acadêmica marcada pela reflexão teórica e metodológica sobre o "mundo rural" brasileiro e nordestino, uma característica marcante dos cursos de pós-graduação do Centro de Humanidades é o estímulo constante à articulação entre a produção científica e planos de ação concertados com a sociedade civil – particularmente com organizações de trabalhadores rurais e agricultores familiares – com o objetivo de fomentar o desenvolvimento rural.

Com efeito, a interação entre os cursos de pós-graduação do Centro de Humanidades com a sociedade civil regional é contemporânea à sua própria fundação. No fim dos anos 70 e durante toda a década de 80, por exemplo, quando a violência no campo era rotineira na região, havia uma intensa atividade de assessoria dos professores vinculados aos Cursos aos sindicatos rurais e à própria FETAG-PB.

Neste sentido, uma tradição cultivada durante anos foi a promoção de reuniões na universidade, congregando professores, alunos, pesquisadores, camponeses, lideranças de movimentos sociais e ONGs, para a discussão de questões e problemas relativos ao desenvolvimento rural e regional e à mobilização e organização dos atores sociais do campo. Isso redundaria na implementação do "Projeto Lua Cheia" que ambientaria, inclusive, a construção da Articulação do Semi-Árido, que hoje conduz, por exemplo, o Programa *1 Milhão de Cisternas*. A organização da AS-PTA na Paraíba também é tributária dessa tradição interativa.

Outra ação bastante significativa neste sentido é a cooperação com as Organizações Não Governamentais, seja através da admissão de técnicos oriundos delas como alunos dos cursos, seja pelas assessorias e consultorias prestadas a

¹⁰ Nos últimos anos foram promovidos três eventos principais: ***Seminário Internacional Planejamento e desenvolvimento territorial*** (promoção UFPB/CIRAD/EMBRAPA), em dezembro de 1999, ***Colóquio Franco-Brasileiro Territórios e sociedades humanas no semi-árido nordestino*** (promoção UFPB/CIRAD), em agosto de 2001, ***Seminário Internacional Sociedades e territórios no semi-árido brasileiro: em busca da sustentabilidade*** (promoção UFCG/CIRAD), em dezembro de 2002 e o ***III Seminário Anual do PROCAD: Teoria e pesquisa sobre o mundo rural: atores, projetos e sociedades***, em junho de 2004.

elas por professores e pesquisados. O exemplo do PATAc¹¹ fala por si só: grande beneficiária dessa interação, essa ONG, há muitos anos apoiada e hoje presidida pela profa. Ghislaine Duqué, recebeu recentemente três importantes prêmios por seu desempenho no equacionamento do desenvolvimento social da região semi-árida, conferidos pelo Banco Mundial, pelo Banco do Brasil e pelo NEAD.

Atualmente, um acordo de cooperação com o CIRAD tem proporcionado a implementação de outras ações importantes neste sentido, como o desenvolvimento de uma pesquisa-ação junto ao Pólo Sindical de Lagoa Seca e a execução do Projeto UniCampo, iniciativa de extensão da parceria entre UFCG, CIRAD, PDHC (MDA), PAQTC e outros, no âmbito da qual tem sido efetivada a construção da **Universidade Camponesa** no Brasil, através do oferecimento de cursos de desenvolvimento rural sustentável a camponeses do semi-árido paraibano (Cf. Caniello, Tonneau, Leal, Lima e Araújo, 2004).

Este Curso de Especialização, aliás, é mais uma ação da parceria PAQTC/UFCG em prol da construção da UC no Brasil, tanto em função de seus objetivos – oferecer formação aos atores sociais envolvidos com o desenvolvimento rural sustentável – quanto em virtude da parceria que se anuncia com a Secretaria de Desenvolvimento Territorial do Ministério do Desenvolvimento Agrário.

Mantém-se operante, portanto, uma das vocações mais fortes e perenes dos cursos de pós-graduação do Centro de Humanidades, ressaltada pela professora Anita Brumer em relatório avaliativo enviado à CAPES: a “excelente integração com a Extensão” (Brumer, 1998: 36), destacando-se a “ativa e continuada participação de professores e alunos em atividades de assessoria, acompanhamento e capacitação de lideranças de movimentos populares, de assentamentos de reforma agrária e de experiências de desenvolvimento agrícola alternativo” (Brumer, 1998: 36).

Assim, a proposta que ora apresentamos assenta-se numa dupla tradição: por um lado, uma produtiva reflexão teórica e metodológica sobre o mundo rural brasileiro e nordestino e, por outro, uma interação efetiva entre a Universidade e a sociedade civil organizada, tendo como objetivo a construção participativa de projetos e ações

¹¹ Programa de Aplicação de Tecnologias Apropriadas às Comunidades.

que apontem para rotas sustentáveis para o desenvolvimento rural.



3. PROPOSTA POLÍTICO-PEDAGÓGICA DO CURSO

3.1 EMENTA

Aprofundamento dos aspectos teóricos e práticos do desenvolvimento rural sustentável e das metodologias participativas para a capacitação de profissionais com vistas à gestão social dos territórios rurais para a promoção do desenvolvimento sustentável.

3.2 OBJETIVOS

Geral

Formar agentes de desenvolvimento com capacidade teórico-analítica e operacional para atuar e apoiar na gestão social das dinâmicas de desenvolvimento nos territórios rurais.

Específicos

- *Propiciar* conhecimentos teórico-metodológicos que possibilitem uma compreensão da realidade socioeconômica, política e institucional.
- Situar historicamente a definição, implementação e gestão das políticas públicas enquanto ferramentas para a promoção do desenvolvimento rural sustentável, articulando-as com a construção da relação.
- Propiciar informações atualizadas sobre os conceitos de desenvolvimento sustentável, território, gestão social e metodologias participativas e interativas, a partir da construção de um conhecimento crítico-analítico.
- Desenvolver estudos qualitativos e quantitativos capazes de instrumentalizar a análise de impactos dos processos de desenvolvimento territorial em termos da gestão social (planejamento, execução, acompanhamento, monitoramento e avaliação).
- Ampliar a capacidade analítica, metodológica e de atuação dos participantes na relação com a complexidade e diversidade político-institucional e cultural dos territórios.

3.3 ABORDAGEM PEDAGÓGICA

Como uma proposta mobilizadora calcada na recuperação e no cultivo das potencialidades dos “saberes e fazeres” locais, através da promoção de sua interação com o saber técnico-científico universitário, propomos uma perspectiva político-pedagógica criativa, inovadora e crítica

Neste sentido, adotamos a abordagem freireana porque sua pedagogia não se apresenta como um “manual ortopédico” sobre “como ensinar”, mas como um processo pedagógico, cuja preocupação fundamental consiste em saber “o que significa conhecer” (Silva, 1999), respeitando as particularidades dos envolvidos nesse processo e enxergando a educação como meio indispensável à “mudança de uma sociedade de oprimidos para uma sociedade de iguais” (Gadotti, 1979, p.10).

Como um modelo diferente das metodologias tradicionais que consistem ainda hoje em limitar o pedagógico à sala de aula e à relação hierarquizada de poder/saber entre professor e aluno, a concepção Freiriana faz nascer um pensamento pedagógico que conduz o educador/a a engajar-se social, cultural e politicamente na luta pela transformação de estruturas que sejam consideradas opressivas pelos sujeitos nelas inseridos (Cf. Gadotti, 1979: 10).

Assim, no que diz respeito ao modo como o conhecimento é construído, salienta-se a necessária atenção ao “capital cultural” existente, o qual é continuamente produzido no espaço pedagógico. O conhecimento, nessa perspectiva, não “aparece” importado de uma fonte universitária, cujo veículo seria o professor, mas produz-se continuamente como resultado da interface entre o saber já consolidado, que é re-significado a cada encontro pedagógico, e o saber que se produz.

Sob essa perspectiva, o professor deve “saber que ensinar não é transferir conhecimento, mas criar as possibilidades para a sua própria produção ou a sua construção” (Freire, 1999: 52). É a substituição de um modelo fundamentado na “educação bancária” por uma metodologia alternativa denominada de “educação problematizadora” (Cf. Freire, 1975), modelo que se pauta numa perspectiva fenomenológica, para a qual não se separa, no processo de conhecimento, o ato de conhecer daquilo que se conhece, estando implicado nesse ato a presentificação do mundo para a consciência, que, para Freire, não é nunca um ato isolado e individual, mas intercomunicativo e intersubjetivo.

Na perspectiva da educação problematizadora, o mundo não é simplesmente “comunicado”, mas educador e educandos produzem, através do diálogo, um conhecimento do mundo (Silva, 1999). Nesse sentido, a proposta freiriana aproxima-se da pedagogia marxista expressa na terceira tese contra Feuerbach, segundo a qual “as contingências são mudadas pelo homem”, num processo em que “o próprio educador deve ser educado” (Marx, 1978 [1845]: 51).

A implementação de um processo de mudança orientado por estes valores implica na adoção de uma estratégia de apoio ao Desenvolvimento Territorial fortemente embasada na formação técnica, social e política do capital humano, e no fortalecimento do capital social¹², tornando a transformação um processo sócio-político de mudança cultural e institucional, que deve refletir-se na dinamização das economias territoriais, em bases mais sustentáveis técnica, social e ambientalmente.

Alguns fatores pedagógicos dão consistência e sustentação à relação entre aprendizagem e o significado do novo conhecimento no processo de transformação da realidade. Destaque-se, dentre outros:

Vivência

Os conhecimentos mais valorizados se forjam nos processos de transformações das realidades sociais. É no resgate das experiências vivenciadas e na análise crítica e contínua sobre a prática que vão se construindo conceitos, refazendo-se práticas e comportamentos, se adquirindo e aperfeiçoando as habilidades e destrezas, e internalizando ou assimilando de maneira crítica e consciente os elementos que serão incorporados à dinâmica econômica, social, política e cultural dos territórios.

Participação

O estímulo à participação na gestão social do território é fundamental no processo

¹²**Capital social** aqui é entendido como o conjunto de relações pessoais, sociais e institucionais desenvolvidas por comunidades específicas, fundamentadas na confiança, na reciprocidade, na cooperação e nas normas geralmente aceitas pelas comunidades. Capital social também são as habilidades das pessoas e dos grupos para obterem recursos e empreenderem ações conjuntas, com a finalidade de reduzir custos de transação através da associação, da administração, da compra e venda conjuntas, do uso compartilhado de bens, da obtenção e difusão de informações, da reivindicação, por meio de relações ou de redes sociais.

educativo, promovendo processos dialógicos, através dos quais objetivos, produtos e resultados são estabelecidos e compartilhados pelo coletivo. Os processos participativos têm como característica fundamental a reflexão sobre a prática social, pois é a partir dela que indivíduos, organizações e comunidades adquirem novos conhecimentos válidos sobre sua realidade e a capacidade para transformá-la na busca da sustentabilidade e da construção de conhecimentos que possibilitem o fortalecimento desse processo.

Autonomia

Ênfase na solidariedade, cooperação, confiança, comunicação, participação e na co-responsabilidade entre os atores, tornando o território um ator do seu próprio desenvolvimento. Para se tratar da questão da autonomia deve-se também abordar a questão do empoderamento. Este é um processo seletivo consciente e intencional que tem como objetivo a equiparação de oportunidades entre os atores sociais envolvidos na construção do desenvolvimento sustentável.

Confiança, solidariedade e cooperação

O processo formativo deve estar permeado pela confiança, solidariedade e cooperação, elementos fundamentais do capital social e para a organização da sociedade quando ela participa nos espaços em que se pratica a gestão social.

3.4 METODOLOGIA

Utilizando-se a abordagem pedagógica descrita, o curso está estruturado de forma a viabilizar a participação, o debate, o diálogo e a crítica, num processo de construção coletiva, no âmbito do qual educandos e professores constituem-se em sujeitos do processo formativo. O conteúdo programático será desenvolvido em módulos que utilizarão técnicas e métodos de ensino com abordagem participativas e interativas, recorrendo-se a exposições dialogadas, leituras de textos teóricos, trabalhos de grupos, apresentação de vídeos, apresentações em *Power Point*, transparências, etc.

A abordagem participativa torna-se um referencial para a construção da estratégia do curso, como também para quaisquer metodologias voltadas para o

desenvolvimento territorial sustentável. Essa abordagem adotada no curso irá auxiliar os educandos no entendimento da dinâmica estabelecida no território do ponto de vista social, ambiental, político-institucional e o estágio atual existente em cada um deles com relação à gestão social do desenvolvimento territorial.

Todos os professores que comporão o quadro docente do curso serão indicados e orientados pela coordenação pedagógica do mesmo, com momentos de discussão e avaliação no início, meio e final do curso.

O curso utilizará a abordagem da "alternância"¹³, que é um processo formativo contínuo na descontinuidade de atividades e de espaços e tempos. Tal princípio repousa sobre a combinação, no processo de formação dos educandos, de períodos de vivência na academia e no território de origem. Alterna-se, assim, a formação na ação nos territórios com a formação teórica geral na academia que, além das disciplinas básicas, engloba uma preparação para a pesquisa.

Para que haja uma integração formativa nos diferentes espaços academia-território, módulos de duas semanas em sala de aula serão intercalados com períodos de trabalho prático, nos territórios, acompanhado por tutores, professores e coordenação pedagógica, que orientarão as atividades planejadas em sala de aula. Essa articulação entre teoria e prática visa possibilitar a proposição de ações dos educandos de acordo com o processo de cada território, qualificando assim os elementos da gestão que estão sendo vivenciados nos territórios e coordenados pelas CIATS (sensibilização/ mobilização / planejamento / organização / execução / articulação / monitoramento e avaliação), aprofundando uma análise crítica desse processo e das ferramentas que estão sendo utilizadas nos territórios.

Durante o trabalho prático, os educandos irão realizar um diagnóstico do que existe em cada território, dos processos que estão sendo desenvolvidos e dos atores sociais envolvidos no sentido de encontrar diretrizes gerais que possam ser aprofundadas nos fóruns de pesquisa, e cujos resultados serão apresentados e discutidos com os componentes das CIATS, resultando, portanto, num **plano de**

¹³ Essa concepção pedagógica foi trazida para o Brasil na década de 1960, com as experiências de formação em alternância das Escolas Famílias Agrícolas (EFAs) e as Casas Familiares Rurais (CFRs).

qualificação da ação desses agentes nos territórios, assegurando assim o papel deliberativo e gestor das CIATS.

Cada educando terá um orientador do seu trabalho de final de curso. Cada grupo de 06 (seis) educandos será acompanhado por tutores (mestrandos e doutorandos de sociologia), que participarão em todas as etapas do curso (módulos, fóruns de pesquisa, pesquisa territorial e estágio de campo) como monitores do processo pedagógico. Os tutores (mestrandos e doutorandos) deveram ter o seguinte perfil:

- Capacidades técnicas e compromisso político com um projeto de desenvolvimento rural sustentável;
- Capacidades de liderança, animação, acompanhando pessoalmente os educandos, motivando-os e os estimulando na sua formação;
- Capacidade de comunicação que facilite relações entre os diversos ambientes e pessoas que atuam no processo de formação como atores da alternância.

3.5 AVALIAÇÃO DO RENDIMENTO ESCOLAR

A avaliação realizar-se-á mediante a observação da participação e compromisso dos alunos, demonstrado ao longo de cada módulo e trabalho prático nos territórios. As atividades teóricas e práticas serão apresentadas através de trabalhos individuais e em grupos, a partir das temáticas trabalhadas e do trabalho nos territórios, devendo os alunos formular uma proposta de qualificação da ação nos territórios e no final do curso elaborar uma monografia com uma temática relacionada a sua proposta de ação. O trabalho final deverá ser individual com orientação de um docente do quadro do curso, sendo estabelecido um prazo de seis meses, após o curso, para entrega de sua monografia. Serão avaliadas a capacidade de articulação de argumentos teórico-conceituais e a elaboração da argumentação. Também serão valorizados a clareza de idéias, a originalidade, a consistência e o domínio da bibliografia de referência do tema trabalhado. Todos estes aspectos deverão obedecer às normas de avaliação das UFCG, regidas pela Coordenação e Aperfeiçoamento dos Professores do Ensino Superior - CAPES.

3.6 PÚBLICO

O curso se destina a portadores de diploma de curso de graduação que estejam envolvidos nas diversas dimensões no âmbito do desenvolvimento territorial, preferencialmente indicados pelas CIATS da Região Nordeste, prioritariamente dos territórios da: Paraíba (Borborema, Médio Sertão, Zona da Mata e Cariri); Rio Grande do Norte (Borborema, Seridó, Açu-Mossoró, Chapada do Apodi e Mato Grande); Sergipe (Alto Sertão e Sertão Ocidental); Pernambuco (Sertão do Araripe, Sertão do Pajeú, Agreste, Mata Sul, Agreste Central e Sertão do São Francisco) e Alagoas (Alto Sertão, Médio Sertão, Bacia Leiteira, Agreste e Litoral Norte).

3.7 NÚMERO DE VAGAS

O curso oferecerá 36 vagas. O número de vagas poderá ser alterado de acordo com as possibilidades do Curso.

3.8 INFRA-ESTRUTURA FÍSICA E FINANCEIRA

Biblioteca

A Universidade Federal de Campina Grande possui uma biblioteca central com boa disponibilidade de livros e periódicos de todas as áreas do conhecimento, inclusive sobre a temática do curso. Os Cursos de Pós-Graduação em Sociologia e Economia do CH possuem uma biblioteca setorial especializada na temática do curso, a qual tem recebido investimentos significativos para a atualização do acervo de livros e periódicos.

Computadores

Os cursos de pós-graduação do Centro de Humanidades possuem dois laboratórios de informática que poderão ser utilizados pelos alunos do Curso. Entretanto, há necessidade de aquisição de 04 computadores, pois o equipamento existente não será suficiente para cobrir as atividades presenciais e o acompanhamento do trabalho de campo dos alunos e tutores.

Instalações

As aulas deverão ser ministradas no Centro de Extensão José Farias da Nóbrega, que dispõe de dois mini-auditórios com capacidade para 40 pessoas cada e um auditório com capacidade para 200 pessoas e com instalações para teleconferência (equipamento em implantação).

3.9 FINANCIAMENTO

Será assegurado o autofinanciamento do curso pelo PCT/MDA/SDT e SECAD/MEC, à medida que os participantes serão oriundos de instituições públicas ou empresas privadas que atuam no desenvolvimento territorial e querem dar continuidade a sua formação inicial.



4. ESTRUTURA DO CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO

4.1 CARGA HORÁRIA

O curso deverá ter uma carga horária de 648 horas, sendo 300 horas de formação teórico-metodológica e 348 horas práticas (80 horas de *Fórum de Pesquisa-ação* e 268 horas para construção da proposta de qualificação, baseada no processo de planejamento e gestão dos territórios). Esta carga horária será cumprida através de um processo de alternância cuja lógica descreveremos abaixo:

4.2 LÓGICA

O Curso está estruturado em 4 atividades desenvolvidas em alternância: (1) formação teórico-metodológica; (2) pesquisa territorial (diagnóstico e planejamento); (3) fóruns de pesquisa-ação; e (4) elaboração participativa da proposta de qualificação do processo de planejamento e gestão dos territórios.

Os módulos teórico-metodológicos terão a duração de duas semanas cada (de segunda a sábado, das 08 as 12 e das 14 às 18 horas), os quais deverão ser desenvolvidos a cada dois meses (abril, junho e agosto de 2005). Em cada módulo serão ministradas 06 disciplinas de 16 horas/aula, fechando sempre com a disciplina "Oficina de Pesquisa", visando preparar os educandos para o trabalho em seus territórios.

A pesquisa territorial será desenvolvida nos meses intercalados entre os módulos de formação (maio e julho de 2005) e terá como objetivo fundamentar a elaboração da proposta de qualificação do processo de planejamento e gestão dos territórios.

Os fóruns de pesquisa-ação têm como objetivo promover a troca de experiências e informações entre o grupo de educandos/as e os professores/as visando uma avaliação continuada dos processos de pesquisa territorial e de elaboração das propostas de ação. Cada fórum de pesquisa-ação terá 40 horas de aula cada (1 semana) e serão desenvolvidos nos meses de outubro e dezembro.

A elaboração participativa proposta de qualificação da ação territorial será executada em dois estágios de 134 horas cada, sendo o primeiro nos meses de setembro e outubro, e o segundo nos meses de novembro e dezembro de 2005.

4.3 CONTEÚDO CURRICULAR E PROGRAMAÇÃO LETIVA

1ª PARTE – FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA E METODOLÓGICA

MÓDULO 1 (108 HORAS/AULA)

Abertura (12 h/a)

Aula inaugural do curso (04 h/a): "O desenvolvimento rural sustentável e o enfoque territorial" (palestra e debate)

Apresentação dos Educandos (04 h/a): De onde vem? Qual a formação? Quais as experiências? Quais as expectativas? Quais as experiências.

Apresentação do Curso (04 h/a): metodologia do curso; conteúdos programáticos; organização do trabalho nos território. Informes gerais e encaminhamentos práticos.

Semana 1 (48 h/a)- segunda a sábado – 08:00 às 18:00 h

1. A Teoria Econômica e a Conjuntura Nacional e Internacional do Desenvolvimento (16 h/a)

- O pensamento econômico clássico: Smith, Ricardo, Marx e Keynes.
- A evolução do pensamento econômico e a questão do desenvolvimento.
- O subdesenvolvimento. As teorias desenvolvimentistas. A crise do desenvolvimentismo.
- O desafio da globalização. O processo de mundialização e as mudanças. Crise dos paradigmas. A reorganização das relações internacionais após o fim do conflito do Leste-Oeste. Consenso de Washington. Pós Consenso de Washington. A internacionalização da função pública.
- Reestruturação produtiva: desregulamentação e liberalização de mercados e o desenvolvimento agrícola. Blocos econômicos e a natureza das políticas agrícolas recentes: o caso brasileiro e seleções internacionais. A transição do GATT para a OMC e suas implicações para o desenvolvimento agrícola. O Mercosul e o novo marco institucional do comércio internacional e da formulação de políticas públicas.
- Repensar o desenvolvimento. Nova ordem econômica para o desenvolvimento sustentável. Estado e Sociedade: redefinição dos papéis,

novas institucionalidades e a inclusão social. Descentralização/regionalização/ territorialização.

- Terceiro setor, os movimentos sociais e as redes e fóruns.

2. Desenvolvimento Sustentável: Teoria e Conceito (16 h/a)

- Natureza, sociedade e cultura.
- Dimensões do desenvolvimento sustentável.
- O trabalho, a transformação da natureza e a tecnologia. As repercussões do progresso tecnológico.
- Crescimento econômico e desenvolvimento humano.
- História do desenvolvimento sustentável: o eco-desenvolvimento, o relatório Brundtland. As conferências do Rio de Janeiro (Eco 92) e de Johannesburgo. O protocolo de Kioto. *A Agenda 21*.
- Agricultura, ruralidade e desenvolvimento sustentável. A ruralidade emergente: a pluriatividade, as cadeias produtivas, os sistemas agrários e a gestão ambiental.

3. Territorialidade e Desenvolvimento Sustentável (16 h/a)

- Origens e principais enfoques do conceito de território.
- Espaço-geográfico, região e território político-cultural. Relação urbana e rural no Brasil. Ruralidade. Organização e paisagem rural.
- Desenvolvimento territorial - Processos de reestruturação territorial contemporâneos. Políticas de desenvolvimento endógeno nas escalas regional-local e local. Território e desenvolvimento rural.
- Institucionalidades territoriais. Papel das coletividades territoriais no planejamento rural. Território e coordenação entre atores.
- Modelos de organização territorial no Mundo. As teorias de ordenamento dos territórios. A concepção dos espaços polarizados. Distritos industriais, clusters e desenvolvimento local. Desenvolvimento local: história e realidade. Desenvolvimento local e articulações institucionais. Do desenvolvimento local ao desenvolvimento territorial. O desenvolvimento territorial: a integração entre o político, o econômico, o social e o ambiental. Da experiência social à experiência institucional. Questões de pesquisa e desenvolvimento.

Semana 2 (48 h/a)

4. Humanidade, Campesinato e Desenvolvimento Sustentável (16 h/a)

- A revolução agrícola e a emergência da civilização moderna. A formação do campesinato e seu desenvolvimento histórico. Sociedades camponesas: modo de produção ou modo de vida?. A cultura e a ética camponesas. Campesinato e feudalismo. Campesinato e capitalismo.
- Da agricultura mercantil à agricultura industrial. A crise da agricultura produtivista. A agricultura familiar. Agricultura familiar e segurança alimentar..
- Conceitos e aplicação da teoria sistêmica para o estudo de realidades agrárias complexas. O estudo dos sistemas agrários e suas abordagens. Origem, evolução e diferenciação dos sistemas agrários nas escalas mundial, nacional e regional. Teoria social sobre o "rural" nos anos mais recentes: territorialização, capital social, nova ruralidade, descentralização.
- Principais características da agricultura brasileira. Modernização conservadora do campo brasileiro.

5. A Questão Agrária e as Políticas Agrícolas no Brasil (16 h/a)

- O modelo de colonização do Brasil e a formação da sociedade brasileira.
- A Lei das Sesmarias e as formas de ocupação da terra: os ciclos econômicos e sua influência na constituição da agricultura. O trabalho escravo.
- A concentração fundiária e as políticas agrícolas no Brasil. Os movimentos sociais do campo. Reforma agrária e assentamentos. Reordenamento agrário.
- Multifuncionalidade e pluriatividade da agricultura. Agroecologia.
- Desenvolvimento rural no Nordeste e sustentabilidade.

6. Oficina de Pesquisa I (16 h/a)

- Abordagem qualitativa da pesquisa. Elementos de estruturação de Pesquisa-ação.

- Conceito de projeto de pesquisa. Método científico e quadro lógico de elaboração de projetos.
- Metodologias de diagnóstico e elaboração de plano de desenvolvimento desenvolvidas nos territórios: apresentação e análise - contexto político-institucional
- A metodologia do desenvolvimento territorial. Análise da situação dos territórios na sua diversidade e complexidade. Diagnóstico territorial dialogado. Caracterização dos recursos, dos atores, das atividades e dos sistemas produtivos. Integração econômica e relação com o mercado.
- Auto-diagnóstico: instrumentos operacionais. Passos metodológicos.

Trabalho a ser desenvolvido nos territórios: mobilização e sensibilização dos atores envolvidos no processo territorial. Elaboração de diagnóstico sobre os processos desenvolvidos nos territórios. Atores sociais envolvidos nos processos territoriais. Identificar as parcerias. Relato de experiências desenvolvidas nos territórios.

MÓDULO 2 (96 HORAS/AULA)

Semana 3 (48 h/a)

7. Estratégias de Desenvolvimento Agrícola Sustentável (16 h/a)

- Os diferentes modelos técnicos de desenvolvimento rural no pós-fordismo: produção orgânica, produção limpa ou de uso controlado de insumos químicos; produção diferenciada ou de qualidade delimitada, neo produtivismo.
- As principais forças em confronto na definição desses modelos: a força econômica do complexo agro-fornecedor, importância macroeconômica das exportações agrícolas e do comércio internacional; a busca dos consumidores por sanidade e qualidade dos alimentos, as preocupações da sociedade relativas ao nível de emprego, à segurança alimentar; a preservação ambiental, ao equilíbrio e desenvolvimento territorial.

8. Estratégias de Desenvolvimento Rural Sustentável (16 h/a)

- As novas dinâmicas dos espaços rurais: Agro-industrialização e comercialização: agregação de serviços aos produtos agrícolas, novos circuitos de distribuição. Turismo rural e a indústria doméstica rural.
- Desenvolvimento de infra-estruturas básicas, sociais e dos serviços nas áreas rurais; novas demandas urbanas sobre as áreas rurais: busca de maior contato com a natureza, demandas de lazer e ócio, demandas de residência.
- Financiamento da agricultura familiar: Fundos rotativos, cooperativismo e associativismo.
- Nova política de ATER. Os diferentes modelos técnicos de desenvolvimento rural no pós-fordismo: produção orgânica, produção limpa ou de uso controlado de insumos químicos; produção diferenciada ou de qualidade delimitada.
- As principais forças em confronto na definição desses modelos: a força econômica do complexo agro-fornecedor, importância macroeconômica das exportações agrícolas e do comércio internacional; a busca dos consumidores por sanidade e qualidade dos alimentos, as preocupações da sociedade relativas ao nível de emprego, à segurança alimentar; a preservação ambiental, ao equilíbrio e desenvolvimento territorial.

9. Planejamento do Desenvolvimento Rural Sustentável com Enfoque Territorial (16 h/a)

- Análise da territorialidade no Mundo: estudos de caso. As desigualdades territoriais. Dinâmicas territoriais.
- Territórios rurais brasileiros. A construção dos territórios no Brasil: articulações entre o local, o regional e o nacional.
- A construção territorial como contrato social.
- Planejamento territorial como projeto comunitário. Experiências de planejamento territorial
- Metodologia e instrumentos de planejamento do desenvolvimento dos territórios rurais: processo técnico e político, ciclo ascendente e descendente e etapas do processo.

Semana 4 (48 h/a)

10. Identidade, Ação Coletiva e Desenvolvimento Sustentável (16 h/a)

- O conceito de identidade. A identidade como sustentáculo de projetos coletivos. O fundamento territorial da identidade.
- A chegada do homem na América. A ocupação arcaica do Nordeste. Elementos de arqueologia nordestina. A chegada dos europeus à América tropical. Tupis e tapuias. Índios e brancos: conflitos e negociações.
- O fundamento rural da identidade nordestina.
- Individualismo e coletivismo na experiência histórica nordestina. Proximidade, identidade e solidariedade.
- A equidade de gênero, geração, raça e etnia: cultura, trabalho, política no enfoque territorial. Territorialidade étnica.
- Campo brasileiro: migrações, masculinização, envelhecimento e aposentadoria.

11. Desenvolvimento territorial e responsabilidade social (16 h/a)

- Capital humano e capital social. Trabalho humano e trabalho social: construindo conceitos.
- Responsabilidade civil e Cidadania. Direitos e deveres. O bem comum. O público e o privado. Integração econômica e inclusão social.
- Gênero e saúde reprodutiva.
- Potencializando o capital humano: valorização dos saberes e da cultura local.
- Educação popular. Acompanhamento das dinâmicas territoriais pela formação e capacitação dos atores. Gestão do conhecimento.

12. Oficina de Pesquisa II (16 h/a)

- Resgate e aprofundamento dos diagnósticos dos territórios. Métodos e instrumentos de planejamento e desenvolvimento territorial.
- O planejamento estratégico. Sistemas de informação e decisão. Sistemas de conhecimento local. A gestão da informação para o planejamento estratégico. Instrumentos de planejamento: zoneamentos, tipologias, trajetórias de desenvolvimento, diagnóstico de cadeias produtivas.

- Sistemas de informação e decisão. Sistemas de conhecimento local. A gestão da informação para o planejamento estratégico.
- Métodos e técnicas de sensibilização e mobilização. A valorização dos diagnósticos produzidos: a restituição à população.
- Autodiagnóstico comunitário. Hierarquização dos problemas. Grupos de interesses e comissões temáticas.

Trabalho a ser desenvolvido nos territórios: elaboração da proposta de qualificação da ação territorial

MÓDULO 3 (96 HORAS/AULA)

Semana 5 (48 h/a)

13. Fórum de Pesquisa-Ação (16 h/a)

- Apresentação dos relatórios de diagnóstico. Crítica metodológica. Análise e crítica de conteúdo.
- Produção de sínteses com recortes territoriais (o local e o regional). Formatação de relatório padrão. Definição de diretrizes comuns.

14. A Organização Social e a Gestão do Desenvolvimento Rural Sustentável (16 h/a)

- Organização social e gestão social: construindo conceitos
- Novas institucionalidades territoriais: mobilização social, organização, conflitos, negociação e resolução. AS CIATS: papel e objetivo. Novos modos de governança: democracia representativa x democracia participativa.
- Novo papel da Sociedade civil: movimentos sociais do campo, organizações não governamentais na construção das políticas públicas e sua execução.
- Políticas públicas territoriais: Conselhos gestores de políticas públicas. Princípios e realidade. Controle social, participação, instrumentos de participação, cidadania e desenvolvimento sustentável.

15. Educação e Cultura do Campo para o Desenvolvimento Sustentável (16 h/a)

- Ação cultural e artística: referências culturais. Identidade cultural. Descoberta de novas potencialidades produtivas e sustentabilidade. Produção cultural, resgate da identidade e geração de emprego e renda. Memória coletiva e identidade cultural.
- Educação do campo: formal e não formal. Educação para o desenvolvimento. Identidade da escola do campo. Diretrizes operacionais para educação básica das escolas do campo.
- Formação para o desenvolvimento territorial: agentes de desenvolvimento e redes de educação do campo.

Semana 6 (48 h/a)

16. Temas em Gestão do Desenvolvimento Territorial I (16 h/a)

- **Tema 1 - Recursos Naturais. Ecologia** – os ciclos e fluxos na natureza. Ação coletiva e manejo dos recursos naturais. Os comitês de bacia. Biomas e ecossistemas. Recursos genéticos: uso e manejo da biodiversidade. Preservação ambiental. Educação ambiental.
- **Tema 2 - Sistemas Produtivos. Convivência com o semi-árido:** As tecnologias de convivência com o semi-árido. Reflorestamento. Banco de sementes. Combate ao desmatamento. Manejo e conservação de recursos. Gestão social dos recursos hídricos. Extensão, pesquisa e educação contextualizada no semi-árido. Criação animal diversificada. Infra-estrutura de beneficiamento, armazenamento e acesso a mercados.
- **Tema 3 - Reforma Agrária e Crédito Fundiário:** a terra como condição necessária para o desenvolvimento rural e a eliminação da pobreza. Ordenamento territorial e agrário. Reconhecimento das terras quilombolas, terras indígenas, reservas extrativistas e unidades de conservação. Implantação de sistemas sustentáveis de assentamentos.

16. Temas em Gestão do Desenvolvimento Territorial II (16 h/a)

- **Tema 1 - Multifuncionalidade de Agricultura Familiar:** dinâmica de reprodução das famílias e das comunidades rurais. Características técnico-produtivas e sustentabilidade da atividade agrícola. Manutenção do tecido social e cultural. Relações com o território e com a natureza, recursos naturais e da paisagem rural. Promoção da segurança alimentar da sociedade e das famílias rurais. Multifuncionalidade e políticas públicas.
- **Tema 2 - Organização social:** organização de massa, organização institucionalizada, organização de base. Identidade coletiva e autonomia.
- **Tema 3 - A comunicação como ferramenta de desenvolvimento territorial:** redes de comunicação. Rádios comunitárias. Jornais dos trabalhadores/as rurais.

18. Oficina de Pesquisa III (16 h/a)

- Do diagnóstico ao plano: orientação para sistematização e elaboração da proposta de qualificação da ação territorial.
- Instrumentos de Planejamento do Desenvolvimento Rural Sustentável. O Plano qualificação da ação nos Territórios Rurais: diretrizes.
- Sistematização e integração dos trabalhos de grupo. Escolhas de temas prioritários: infra-estrutura e atividade econômica. Definição de metas e regras de gestão.
- Estratégias de implementação. A construção de parcerias e articulações. Institucionalização dos órgãos de gestão.
- Métodos de monitoramento, acompanhamento e avaliação.
- Avaliação interna, auto-avaliação e avaliação externa.

2ª PARTE – CONSTRUÇÃO COLETIVA DA PROPOSTA DE QUALIFICAÇÃO DO PROCESSO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO DOS PDTRS.

Durante os meses de julho e agosto, os educandos estarão aplicando os conhecimentos adquiridos na 1ª Parte nas suas localidades através da construção coletiva dos PDTR. Eles serão supervisionados pelos membros da equipe pedagógica.

No mês de setembro será realizado o fórum de pesquisa-ação, com uma duração de 40 horas/aula. Ele será dedicado à apresentação dos resultados preliminares, análise das dificuldades, ajuste dos procedimentos metodológicos, análise e crítica de conteúdo e definição de diretrizes de continuidade.

Entre os meses de outubro e novembro, os educandos irão concluir a elaboração da proposta de qualificação da ação territorial em suas localidades.

Em dezembro, será realizado o encerramento das atividades letivas do curso, com a realização do último fórum de pesquisa-ação. Durante este fórum, os participantes vão preparar a apresentação dos PDTR ao conjunto dos colegas, professores e principais parceiros. Espera-se que esta atividade permita uma harmonização e uma socialização dos conceitos discutidos no curso e dos instrumentos aplicados. Neste fórum também será realizada uma avaliação de todo o processo, numa perspectiva de replicação do curso e de produção do trabalho final.

Os educandos terão 06 meses para produzir suas monografias de final de curso, as quais serão defendidas perante bancas formadas pelo Colegiado do Curso.



5. NORMAS DE FUNCIONAMENTO

4.1. SELEÇÃO

O processo de seleção será realizado por comissão especial designada por UFCG/PAQTC e SDT, formada por técnicos e professores integrantes destas instituições e eventualmente por convidados de outras instituições. Esta comissão deverá coordenar o processo de seleção dos alunos, que consistirá nas seguintes etapas:

- a) Indicação dos nomes pelas CIATS.
- b) Avaliação do histórico escolar e do *Curriculum Vitae* profissional.
- c) Entrevista com os candidatos.

4.2. REGIME DE ESTUDOS

Os alunos terão dedicação em regime de tempo integral, sob a orientação de um professor, que exercerá as funções de orientador da monografia (trabalho final). Poderá haver uma co-orientação, dependendo do plano de trabalho do aluno e de acordo com a coordenação do curso.

6. CORPO DOCENTE

Membros do Colegiado

Docente	Formação Universitária	Título - Instituição
1. Márcio de Matos Caniello	Antropologia	Doutor em Sociologia - UFPE
2. Ghislaine Duqué	Sociología	Doutora em Sociología - EHESS
3. Jean-Philippe Tonneau	Engenharia Agrônômica	Doutor em Geografia Agrária - Université Paris X
4. Luis Henrique H. Cunha	Comunicação Social	Doutor em Desenvolvimento Sócio-Ambiental-NAEA/UFPA
5. Lemuel Dourado Guerra	Administração	Doutor em Sociologia - UFPE
6. Renato Kilpp	Economia	Doutor em Ciências Sociais - Universidade Livre de Berlim
7. Fernanda de Lourdes Almeida Leal	Psicologia	Mestre em Semiótica - PUC/SP
8. Olívio Alberto Teixeira	Economia	Doutor em Sociologia - Universidade Paris X
9. Eliane Dayse P. Furtado	Educação	Doutora - Universidade de Manchester - Inglaterra
10. José Ribamar Furtado de Souza	Engenharia Agrônômica	Doutor - Universidade de Londres - Inglaterra
11. Carlos Julio Jara	Sociologia	Doutor - Universidade de Manchester - Inglaterra
12. Sergio Schneider	Sociologia	Doutor - Universidade Federal do Rio Grande do Sul
13. Tânia Bacelar	Economia	Doutora - Universidade Paris X - França
14. Maria Nazareth Baudel Wanderley	Sociologia	Doutora em Sociologia - Universidade Paris X - França
15. Paulo César Arns	Agronomia	Doutorando em Ciência Política - UFPE
16. Maria do Socorro Silva	Pedagogia / Psicologia	Mestre em Educação - UFPE

7. ESTRATÉGIA OPERACIONAL PARA IMPLEMENTAÇÃO DO CURSO

A estratégia operacional consistirá das seguintes fases:

Fase 1: Planejamento da execução do curso – maio-outubro de 2004

Fase 2: Definição das regiões onde serão realizados os cursos e identificação de parceiros potenciais - outubro de 2004

Fase 3: Negociação e construção das parcerias acadêmicas e financeiras - novembro de 2004

Fase 4: Formalização de acordos de parcerias – julho de 2005

Fase 5: Divulgação nos territórios do curso para indicação de nomes - agosto de 2005

Fase 6: Seleção dos alunos – setembro de 2005

Fase 7: Seminário pedagógico – outubro de 2005

Fase 8: Início do curso – novembro de 2005

Fase 9: Término do curso – julho de 2006

Fase 10: Elaboração das monografias – agosto de 2006 a janeiro de 2007

Fase 11: Defesas das monografias – fevereiro e março de 2007

Fase 12: Emissão de diplomas e redação do relatório final – abril de 2007

9. BIBLIOGRAFIA

- BRUMER, Anita. **Relatório de Visita ao Curso de Pós-Graduação em Sociologia do Centro de Humanidades – UFPB – Campus de Campina Grande**. Porto Alegre, 1998, dat.
- CANIELLO, Márcio. "Os 25 anos da pós-graduação em Sociologia do Centro de Humanidades". **Raízes: revista de ciências sociais e econômicas**, vol. 22, nº 1, janeiro a junho de 2003.
- CANIELLO, Márcio; TONNEAU, Jean-Philippe; LEAL, Fernanda; LIMA, Josafá Paulino de; ARAÚJO, Alexandre Eduardo de. **Projeto Unicampo: uma universidade camponesa para o semi-árido brasileiro**. Campina Grande, UFCG, 2004, dat.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. Rio de Janeiro, Paz & Terra, 1975.
- _____. **Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa**. 13ª edição. São Paulo, Paz e Terra, 1999.
- GADOTTI, Moacir. "Educação e Ordem Classista" (Prefácio), in. FREIRE, Paulo. **Educação e Mudança**. 14ª edição. São Paulo: Paz e Terra, 1988.
- MARX, Karl. **Teses contra Feuerbach**. São Paulo, Abril Cultural, 1978 (Os Pensadores).
- SABOURIN, Eric; TEIXEIRA, Olívio (orgs.). **Planejamento e desenvolvimento dos territórios rurais: conceitos, controvérsias e experiências**. Brasília, Embrapa Informação Tecnológica / CIRAD; João Pessoa, Universidade Federal da Paraíba, 2002.
- SILVA, Tomaz Tadeu da. **Documentos de Identidade: uma introdução às teorias do currículo**. 2ª edição. Belo Horizonte, Autêntica, 1999.
- WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. **Globalização e desenvolvimento sustentável: dinâmicas sociais rurais no Nordeste brasileiro**. São Paulo, Pólis, 2004.